

Apesar da crise o quadro não é dos mais nebulosos

Brasília — Por que artes diabólicas consegue-se fazer mergulhar uma economia que apresenta uma estimativa de crescimento de 6% do PIB, numa crise da maior dramaticidade? É com esta estimativa que o BNDES, a despeito de todos os problemas que se avolumaram a partir do final de novembro, está trabalhando. E mais, para o PIB agrícola prevê um crescimento de 9%, em 87, quando em 86 ele ficou em cinco negativos, segundo o banco, ou em sete, de acordo com outras fontes oficiais.

Não é que não existiam os ingredientes exclusivamente econômicos na crise atual que o governo tenta pilotar, vencendo primeiro a sua profunda descoordenação. Ou, como afirmam alguns assessores da área econômica, superando “sua completa desagregação”, valendo-se para isso inclusive de uma divisão do poder com os governadores e da distribuição de responsabilidade, com patrões e empregados.

Uma inflação em progressão geométrica — de 3,29%, em novembro, para 7,5%, em dezembro e possivelmente para um número entre 12% e 14% em janeiro — é um problema econômico grave. Ainda mais quando o nível da demanda é persistente. Um saldo comercial que chegou a zero, em novembro — e hoje são destacados assessores da área econômica que admitem esta verdade — leva um governo quase ao desespero. Em janeiro, o saldo deve ficar um pouco acima dos 200 milhões de dólares. E só se encarasse um recessão, sabem muito bem os economistas do governo, o país voltaria a produzir superávit nas taxas históricas: mais de 1 bilhão de dólares ao mês.

O nível das reservas cambiais, que segundo o Ministério da Fazenda continua próximo dos 5 bilhões de dólares, é outro dado preocupante. Ainda mais quando se enfrenta uma renegociação da dívida, na qual os banqueiros não demonstram a mínima receptividade às pretensões brasileiras de não transferir mais que 6 ou 7 bilhões de dólares, sem passar pelo FMI. E isto ainda querendo dinheiro novo para financiar o desenvolvimento.

Todos esses ingredientes, contudo, do ponto de vista exclusivamente técnico, seriam passíveis de um enfrentamento sem maiores dramas, não fosse a parca credibilidade política de que goza o governo, desde a edição do Cruzado II.

A avaliação do que hoje ocorre com a política econômica e, de maneira mais geral, com o governo, começa pela constatação de que o congelamento foi mantido muito além do que era possível. “Já em abril, tinha que se começar lentamente o descongelamento”, diz um dos mais importantes assessores da equipe econômica. “Mantiveram-se muitos mitos: o congelamento, o câmbio fixo, são apenas dois deles”, diz uma outra fonte.

Ela passa ainda pela timidez do pacote de julho — o Cruzadinho — porque o governo queria garantir sua vitória nas eleições de novembro e deságua na conclusão de que o Cruzado II foi um completo desastre político. E é no plano político, antes de sê-lo em termos técnicos, que a crise terá de ser superada. Foi isto que o governo finalmente compreendeu, dizendo não aos pacotes fechados dentro do esquema tecnoburocrático.